



O PAPEL DE BRASÍLIA NA GÊNESE DO PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA REGIÃO DOS CERRADOS: O CASO DA REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO (RIDE/DF)

Leandro Ribeiro Mello ¹

RESUMO

O presente artigo surgiu da necessidade de expor e discutir o fenômeno da construção de Brasília e tem como objetivo, apresentar uma análise historiográfica sobre o papel que a Nova Capital possui na gênese do processo de produção do espaço urbano na região dos Cerrados. A metodologia escolhida e utilizada para a elaboração deste artigo foi a pesquisa qualitativa na qual o autor realizou o tratamento dos dados obtidos por meio de uma ampla pesquisa bibliográfica, considerando os aspectos relevantes estruturados em ordem cronológica. Desta forma, é possível relatar que esse dinamismo é fruto do processo de apropriação e produção do espaço urbano ocorrido ao longo de décadas. Assim, faz-se necessário abordar vários aspectos sobre a história do Brasil, os personagens e os motivos que foram desencadeados para sedimentar e favorecer toda a evolução em relação a transferência da capital do Rio de Janeiro (RJ) que manteve sua posição até meados do século XX. Após esse período ocorreu a transferência em definitivo para o interior do território brasileiro, ação essa que consolida a tão desejada integração nacional quando o então Presidente da República Juscelino Kubistchek de Oliveira, seguindo as Disposições Transitórias da Constituição de 1946, cumpre com a sua promessa de campanha e inaugura Brasília (DF), como a nova capital da República Federativa do Brasil em 1960. Após a inauguração novos territórios surgiram e posteriormente deram origem a novos municípios dos estados de Goiás e Minas Gerais e posteriormente à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF).

Palavras-chave: Brasília, Urbanização, Região dos Cerrados, RIDE/DF.

RESUMEN

El presente artículo surgió de la necesidad de exponer y discutir el fenómeno de la construcción de Brasilia y pretende presentar un análisis historiográfico del papel que la Nueva Capital tiene en la génesis del proceso de producción del espacio urbano en la región de los Cerrados. La metodología elegida y utilizada para la elaboración de este artículo fue la investigación cualitativa en la que los autores trataron los datos obtenidos mediante una amplia investigación bibliográfica, considerando los aspectos relevantes estructurados en orden cronológico. Así, es posible informar de que este dinamismo es el resultado del proceso de apropiación y producción del espacio urbano que se produce durante décadas. De esta manera, es necesario abordar varios aspectos sobre la historia de Brasil, los personajes y las razones que se desencadenaron para sedimentar y favorecer toda la evolución en relación con la transferencia de la capital de Río de Janeiro (RJ) donde mantuvo su posición hasta mediados del siglo XX. Esta acción consolidó la ansiada integración nacional cuando el entonces Presidente de la República, Juscelino Kubistchek de Oliveira, de acuerdo con las Disposiciones Transitorias de la Constitución de 1946, cumplió su promesa de campaña e inauguró Brasilia (DF) como nueva capital de la República Federativa de Brasil en 1960. Después de la inauguración surgieron nuevos territorios que posteriormente dieron lugar a nuevos municipios en los estados de Goiás y Minas Gerais y, en consecuencia, a la Región de Desarrollo Integrado del Distrito Federal y Alrededores (RIDE/DF).

Palabras clave: Brasilia, Urbanización, Región de los Cerrados, RIDE/DF.

¹ Mestrando do Curso de Geografia da Universidade de Brasília (UnB) - DF, leandrogeo2@gmail.com



INTRODUÇÃO

O fenômeno de urbanização está diretamente ligado ao crescimento industrial ocorrido no séc. XIX. Em 1800, a população mundial era de aproximadamente 1 bilhão de habitantes, chegando a 1,5 bilhão em 1900. Passados mais cem anos, em 2000, a população já tinha atingido a espantosa cifra de 6 bilhões de habitantes – aumentou quatro vezes em um século (ONU, 2021). O processo de industrialização ganhou grande ímpeto a partir do final da Segunda Guerra Mundial. O aumento da produção industrial e a demanda dessa indústria por mão de obra provocaram um crescimento da população nas cidades acelerando o processo de urbanização nos centros industriais. A mudança da capital federal para Brasília fez parte de um movimento, empreendido em especial no governo do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, que pretendia modernizar o país, dotando-o de indústrias e de infraestrutura compatíveis com a inserção no contexto mundial, desenvolvimento econômico e a preocupação com a tão sonhada integração nacional do território brasileiro.

Desta forma, a justificativa para esse trabalho é apresentar o fato de que Brasília dará origem a um processo de produção do espaço urbano na região dos Cerrados onde o fluxo de retorno de migrantes não aconteceu. O contingente populacional de homens e mulheres que construíram a capital deu origem a criação de várias cidades, ocasionando um fenômeno de produção do espaço urbano na região Centro-Oeste, no qual décadas depois dará origem a uma área denominada como: Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno (RIDE/DF). Assim, a hipótese para esse artigo científico é a seguinte: a construção de Brasília fomentou a produção do espaço urbano na região central do Brasil e engendrou a Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno (RIDE/DF)?

O objetivo geral deste estudo é apresentar e discorrer sobre o papel de Brasília na gênese do processo de produção do espaço urbano na região dos Cerrados: o caso da Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno (RIDE/DF); analisando a influência da transferência da capital. Como objetivos específicos o presente trabalho propõe a análise da produção do espaço após a transferência de Brasília, o processo de criação de municípios nos estados de Goiás e Minas Gerais e a formação da (RIDE/DF) e as transformações ocasionadas no espaço regional atual.

A metodologia escolhida para elaboração deste artigo foi a pesquisa qualitativa na qual o autor trata os dados obtidos por meio de uma ampla pesquisa bibliográfica, considerando os aspectos relevantes estruturados em ordem cronológica. Assim, essa foi realizada por meio da análise e sistematização do processo de urbanização da região dos Cerrados de acordo com a



transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília. Optou-se também pelo uso do método geohistórico e a sistematização de autores que abordem a urbanização, fazendo uso também da análise de documentos oficiais e o uso de materiais cartográficos. Milton Santos (2014), atesta para a importância da dimensão histórica no âmbito da geografia, quando afirma que “a noção de espaço é inseparável da ideia de sistema de tempo”, ou ainda, que os elementos do espaço variam de acordo com o movimento da história. Assim, os “elementos do espaço” mudam seu papel no sistema espacial a cada momento histórico e, neste sentido, ele reforça a importância da dimensão temporal na análise do espaço.

Desta forma o presente trabalho cumpre com o seu objetivo no intuito de apresentar e discorrer sobre o papel de Brasília na gênese do processo de produção do espaço urbano na região dos Cerrados: o caso da Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno (RIDE/DF), analisando a influência da transferência da capital e sua importância para a criação de novos municípios nos estados de Goiás e Minas Gerais.

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

A geografia é uma ciência que estuda as relações entre a sociedade e a natureza, ou seja, procura compreender como ocorrem as dinâmicas e processos que interferem na produção e organização espacial. Os elementos e fatores econômicos são peças importantes nessa análise acerca do espaço geográfico, pois determina o ritmo do uso do solo, os fluxos comerciais ou intensidade da atividade industrial, assim, o desenvolvimento econômico e regional compõe os pilares basilares para o entendimento da sociedade e da dinâmica espacial do objeto de estudo delimitado.

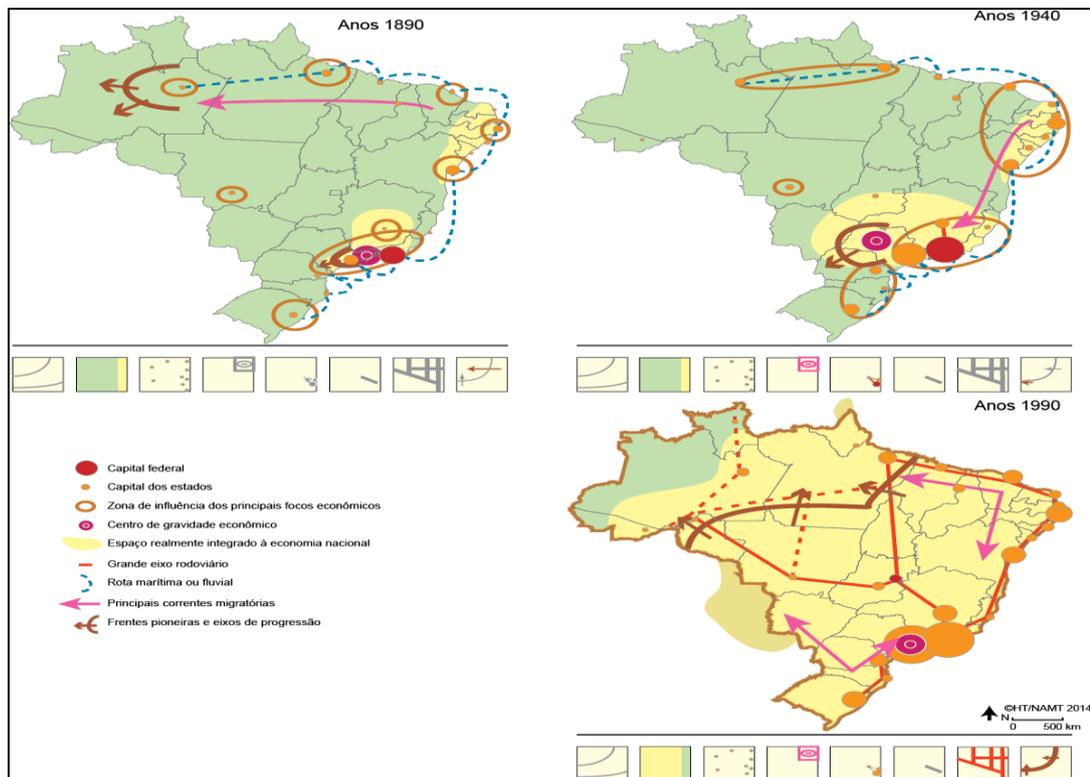
Assim para iniciar a discussão sobre o processo de urbanização é preciso primeiramente expor o conceito de espaço urbano, que para Corrêa (2003, p. 09) ele é “articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas”. Como consequência, o espaço urbano capitalista atua como um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço. Santos (2014, p.36) atesta para a importância da dimensão histórica no âmbito da geografia, quando afirma que “a noção de espaço é inseparável da ideia de sistema de tempo”, ou ainda, que os elementos do espaço variam de acordo com cada momento da história seja ela na escala local, regional, nacional ou até mesmo mundial. Assim, cabe a nós geógrafos compreendermos o espaço urbano por meio da localização dos elementos constituintes no território bem com o fluxo de informações, capital e mercadorias que ali ocorrem desde a sua origem.



O capitalismo industrial usou a mão de obra especializada, já existentes nas cidades pré-industriais (ferreiros, artesãos e tecelões), mas também trouxe o camponês para as cidades. Lefebvre (2001, p. 11) diz que “[...] era onde a mão de obra era necessária ao atendimento da indústria e nesse processo de migração a urbanização se intensificou”. O Brasil foi durante muitos séculos um conjunto de “ilhas” que se desenvolviam com lógicas próprias, e cada um destes territórios possui seus polos de destaque, porém eles não se relacionavam ao ponto de gerar uma interdependência. (SANTOS, 2013, p. 29). A figura 01 a seguir ratifica aquilo que o geógrafo Milton Santos afirma, sobre a demora no processo de integração nacional do Brasil.

No Brasil a urbanização toma impulso com a ruptura de antigas estruturas agrárias, o que levou a maior parte da população, que à época vivia no campo, a migrar para a cidade em busca de meios de subsistência, provocando um processo de urbanização precário, com cidades cercadas por favelas. Lefebvre (2001, p. 17) afirma que “[...] A cidade não precisava do camponês, mas ele foi assim mesmo”. Ao longo das próximas décadas o nosso país se consolidará como urbano embora o campo continue desenvolvendo atividades de suma importância econômica para o incremento do nosso Produto Interno Bruto (PIB) o que ocorre até os dias atuais.

FIGURA 01 – Do arquipélago ao continente (anos 1890, 1940 e 1990)



Fonte: THÉRY e DE MELLO-THÉRY, 2005, p. 43.



Ao longo dos anos de 1940 e 1990 conforme demonstrado na figura 01, temos a verdadeira mudança do perfil da população nas regiões brasileiras de rural para urbana.

Segundo Lencioni (2009, p.100) destaca que:

O objeto essencial de estudo da Geografia passou a ser a região, um espaço com características físicas e socioculturais homogêneas, fruto de uma história que teceu relações que enraizaram os homens ao território e que particularizou este espaço, fazendo-o distinto dos espaços contíguos. Desta forma serão apresentados a seguir os fatos que fomentaram o papel de Brasília na gênese da produção do espaço na região do central do Brasil.

A INTENSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO FOMENTADO PELA HISTÓRIA DA TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL PARA A REGIÃO CENTRAL DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

No intuito de favorecer a compreensão sobre o movimento de produção das cidades contemporâneas e o fenômeno urbano, faz-se necessário analisar inicialmente como se dá a produção do espaço. Nesse sentido, a análise que estrutura deste artigo, vai em direção ao pensamento que considera a produção do espaço urbano fomentado pela transferência da capital para a região central do Brasil. Desta maneira, Santos (2006, p.128) destaca que:

O que realmente se dá, nestes nossos dias, é a possibilidade de conhecer instantaneamente eventos longínquos e, assim, a possibilidade de perceber a sua simultaneidade. O evento é uma manifestação corpórea do tempo histórico, algo como se a chamada flecha do tempo apontasse e pousasse num ponto dado da superfície da terra, povoando-o com um novo acontecer.

Logo nos cabe, o pressuposto para pensar a espacialidade em seus fundamentos sociais, isto é, a produção do espaço inserida no conjunto de produções que dão conteúdo a vida humana, permite observar uma dupla determinação existente no processo. “De um lado, a produção de objetos, produtos, mercadoria (o que significa dizer que o processo de produção gera um mundo objetivo) e também a produção do espaço” (CARLOS, 2018, p. 56).

A práxis revela, “o homem se objetiva construindo um mundo real e concreto, ao mesmo tempo em que se subjetiva no processo ganhando consciência sobre essa produção” (CARLOS, 2015, p. 11). Portanto, a análise espacial proposta, redireciona o pensamento do espaço como localização dos fenômenos, para pensar as relações sociais como conteúdo social que se realiza num espaço-tempo determinado ao longo da história, considerando o conteúdo da prática socioespacial em toda a sua complexidade. Assim, no intuito de concretizar de fato a interiorização da capital para o Planalto Central e alterar completamente a dinâmica territorial na região foram necessários nos primórdios da República designar a formação de uma comissão para executar o projeto do futuro Distrito Federal. De acordo com a determinação constitucional de 1891, estabeleceu-se a mudança da Capital do Brasil para o



interior central. A promulgação definitiva ocorreu no dia 24 de fevereiro de 1891 e naquela data ficava estabelecido na Carta Magna em seu:

Artigo 2: Cada uma das antigas províncias formará um estado, e o antigo município neutro constituirá o Distrito Federal, continuando a ser a Capital da União, enquanto não se der execução ao dispositivo do artigo seguinte. Artigo 3: Fica pertencendo à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura capital federal. Parágrafo único: Efetuada a mudança da capital, o atual Distrito passará a constituir um Estado.²

De acordo com Vasconcelos, (1995, p. 31): “um senador piauiense, Nogueira Paranaguá, propôs, no mesmo ano, ao Executivo, a criação de uma comissão para tornar efetivo o desejo da Carta Magna”. Surge então a comissão Cruls que será apresentada logo a seguir.

A comissão Cruls

No intuito de dar cumprimento ao dispositivo constitucional, conforme Silva, (1999, p. 49): o então Ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, através da Portaria número 119-A, de 17 de maio de 1892, organizou a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, confiando a sua direção ao eminente doutor Louis Ferdinand Cruls nome do engenheiro e geógrafo belga que após ser naturalizado brasileiro por Dom Pedro II, ele passou a ser chamado como: Luiz Cruls. Que, na época, ocupava a função de Diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro. Conforme Sautchuk, (2014, p. 18): “talvez a mais importante instituição de estudos e pesquisas do Brasil daqueles tempos”. Tais fatos justificam o porquê da confiança conferida a ele para a missão no Planalto Central.

De acordo com Couto (2001, p. 45), “O grupo de vinte pessoas, sai do Rio em 9 de junho de 1892 e chega a Pirenópolis, Goiás, no dia 1º de agosto”. De acordo com Silva (1999 p. 122), a missão vai até, “Pirenópolis, onde a Comissão se divide em dois grupos: um deveria seguir caminho direto até a cidade de Formosa; o outro, que atingiria também Formosa, seguiria linha quebrada, passando pela cidade de Santa Luzia” (atualmente com o topônimo de Luziânia). Com a missão de estudar e demarcar a área destinada a área destinada à futura Capital do Brasil nas regiões interioranas, a Comissão Cruls realizou, ao longo de dezoito meses, entre anos de 1892 e 1893 um trabalho “completo e magistral” de estudos e observações científicas sobre as regiões planaltinas do interior goiano. Segundo Vasconcelos (1995, p. 31), “o estudo culminou com a demarcação prevista da área de 14.400 quilômetros destinada à nova Capital brasileira, sob a forma de um quadrilátero”. Denominado de

² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 08 junho 2021.



Quadrilátero Cruls e que na Figura 02 abaixo, passou a figurar no mapa do Brasil com a designação de futuro “Distrito Federal”.

Figura 02 – O Primeiro Mapa do Brasil aparecendo ao centro o Quadrilátero Cruls



Fonte: VASCONCELOS, 1978, p. 139.

Conforme apresentado por Silva 1999, p.47-48, os principais trabalhos desenvolvidos pela Comissão Exploradora denominada como Missão Cruls foram:

- a) Demarcação da zona reservada para o Distrito Federal, com uma extensão de 14.400 quilômetros quadrados, e limitada por dois arcos de paralelo e dois arcos meridiano. Levantamento de itinerários percorridos, numa extensão de cerca de 4.000 quilômetros.
- b) Levantamento das Lagoas “Feia”, “Formosa” e “Mestre d’Armas.
- c) Medição das despesas ou débitos fluviais do Corumbá e Congonhas do Ouro, Saia-Velha, Descoberto, Alagado, Santa Maria, Areia, Palmital, Mesquita, Sant’Ana, Papuda, Paranoá, Mestre d’Armas, Pipiripau, Preto e Jardim.
- d) Declinação magnética em Pirenópolis, Entre-Rios, Santa Luzia, Formosa e Jardim.
- e) Posição geográfica de grande número de pontos e suas altitudes.
- f) Diferença de longitude pelo telégrafo elétrico entre Goiás, Uberaba, São Paulo e a Capital Federal.
- g) Estudo da geologia da região explorada.
- h) Coleção mineralógica e botânica da mesma região.
- i) Plantas das cidades de Catalão, Pirenópolis, Santa Luzia, Formosa, Goiás e Mestre d’Armas.
- j) Fotografias de grande número de vistas.

Além de indicar o melhor local para a nova capital, cuja a escolha se confirmou com a construção de Brasília, 65 anos depois, a Missão Cruls de acordo com (Vasconcelos 1978, p. 166): também “identificou cientificamente observações anteriores da Comissão Exploradora do Planalto quanto à excelência do clima e das águas da região, através de pesquisas meteorológicas e hidrográficas”. Esta importante missão posteriormente serviu de referência



para outras que viriam posteriormente como por exemplo: a comissão Poli Coelho e a Donald & Belcher que serão apresentadas a seguir.

A comissão Poli Coelho

As Constituições Brasileiras foram promulgadas nos anos de 1891, 1934, 1937 e 1946 já conjecturavam sobre a criação da nova capital do Brasil no interior. Durante o debate na Comissão de Estudos sobre este tema na Constituição de 1946, duas correntes de ideias se formaram. Uma liderada por Jerônimo Coimbra Bueno com o apoio do general Djalma Poli Coelho, presidente da comissão que defendia o caminho demarcado por Luiz Ferdinand Cruls. A turma contrária a ideia era composta pelo engenheiro civil Lucas Lopes que defendia a capital na região do Triângulo Mineiro e contava também com o apoio de políticos mineiros entre eles cabe destacar: “Daniel de Carvalho, Juscelino Kubistchek de Oliveira e Israel Pinheiro, todos da bancada mineira”. (CARAVELLAS, 2018, p. 21)

De acordo com Vasconcelos, (1978, p. 300), “O pensamento dos constituintes de 1891, depois ratificada pelos constituintes de 1934, é, agora, em 1946, consolidada como princípio fundamental o sentimento nacional”. Sessenta dias após promulgada a Constituição de 1946, o presidente Eurico Gaspar Dutra, nomeia uma comissão sob a presidência do engenheiro militar general do Exército brasileiro Djalma Poli Coelho. Essa comissão era composta por onze engenheiros e um médico sanitaria e tinha como finalidade reafirmar, ratificar ou mesmo alterar as análises do relatório conclusivo da Missão Cruls entregue no ano de 1893. A missão, na qual levou o seu nome e que ocorreu entre os anos de 1946 a 1948. Em 1946, também foi promulgada a nova Constituição dos Estados Unidos do Brasil e em 1948 a Comissão Poli Coelho, ratifica as análises e o relatório final da missão Cruls, que foi considerada como o marco gerador da definitiva questão da mudança da capital.

De acordo com (IBGE, 1948, p. 06): “considerando que essa área central do Brasil foi reconhecida, estudada e caracterizada pela Comissão Cruls, que ali delimitou, na forma da Constituição então vigente, o "distrito federal" da futura metrópole brasileira”. O relatório da comissão reforçou a escolha da área inicialmente proposta pela Missão Cruls e serviram de direcionamento para o desenvolvimento do Relatório norte americano que seria encomendado anos depois pelo General Aginaldo Caiado de Castro.

O relatório Donald Belcher & Associates

A primeira medida somente aconteceria em 1952, no momento no qual o Congresso Nacional aprovaria um decreto que previa os estudos definitivos para a localização da nova capital. Foi criado então um outro grupo que, entre outros trabalhos, contratou a firma norte-americana Donald Belcher & Associates, especializada em estudos de aerofotográficos.



A segunda medida adotada foi o contrato com a empresa americana Donald Belcher & Associates, de Nova York para analisar o estudo da região da mesma área analisada pela empresa anterior. Através de análise feita, Donald Belcher & Associates, chega à conclusão de plena confiabilidade, destaca a preocupação quanto à topografia, clima, condições geológicas e riquezas hídricas. Foram escolhidos cinco sítios que, diante das condições, se mostraram mais adequados para receber a sede do governo brasileiro. Os sítios eram divididos por cores e o escolhido foi o castanho, onde estava e está o Plano Piloto. O Planalto Central foi, finalmente, definido como o local apropriado para construção de Brasília.

Segundo Vasconcelos (1978, p. 331): “O local fica a 25 quilômetros a sudoeste de Planaltina”. Seu detalhe topográfico principal é um domo de forma triangular definido pelo Córrego Fundo e a Ribeirão Bananal, quando se juntam para formar o Rio Paranoá, que então corre no rumo leste para o rio São Bartolomeu. Após a escolha e delimitação da área estava quase tudo pronto para a definitivamente dar o próximo passo e rumo a terceira mudança da capital para o interior do país.

Brasília como fenômeno da produção do espaço na região Centro-Oeste.

A mudança da capital federal para Brasília fez parte de um movimento, empreendido em especial no governo do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, que pretendia modernizar o país, dotando-o de indústrias e de infraestrutura compatíveis com a inserção no contexto mundial e o desenvolvimento econômico. Para da Silva (2007, p. 33): Esse ideal foi expresso oficialmente pela primeira vez na Constituição de 1891, “cujos artigo 3º determinava a transferência da capital “para o Planalto Central do país” e posteriormente pelo dispositivo que foi transcrito no artigo 4º do Ato das Disposições Transitórias da Constituição de 1946”. Porém, a vontade de interiorizar a capital para o Planalto Central, já havia sido anunciada anos antes. De acordo com Vasconcelos (1995, p. 23):

A primeira manifestação, no Parlamento Brasileiro, em favor da mudança da Capital do País, para as regiões interioranas, ocorreu com José Bonifácio de Andrada e Silva, no primeiro momento do Brasil Império, em 1823, durante a Assembleia Constituinte e Legislativa. Um ano antes ocorrera a independência do Brasil, até então colônia de Portugal.

Desta maneira, pouco mais de um século depois, mais precisamente em 1956, começa um governo diferente e extraordinário o do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. E se propõe a fazer cinquenta anos de desenvolvimento em cinco de governo. Não consegue, claro. Ninguém conseguiria. Mas ele realmente tenta. Para Couto (2001, p. 22): “ele tenta com tanta vontade e força que altera o referencial histórico do país”. Existe um Brasil antes dele e outro depois.



Juscelino tinha também o seu programa de metas, que de acordo com Oliveira (2005, p. 35): “A formulação do Programa de Metas tem as feições de JK. Ao governar Minas Gerais com base no “Binômio Energia e Transporte”, JK imaginava um “polinômio” para alavancar sua campanha eleitoral. O termo, contudo, causava-lhe arrepios. Imaginava que não seria compreendido pelo povo. Foi então que, numa reunião informal com JK durante a campanha presidencial, ocorreu ao engenheiro Lucas Lopes o termo “metas”. A aceitação de JK foi imediata. Nascia ali o *Programa de Metas*. O Programa era composto por 30 metas do governo do Presidente Juscelino Kubitschek, elaborado com estudos e pareceres das maiores autoridades especializadas em cada assunto, constitui-se de uma série de programas setoriais de investimentos, destinados a orientar a execução de obras e a expandir ou implantar indústrias e serviços indispensáveis ao equilibrado desenvolvimento econômico do País. Brasília acabaria por se tornar a sua 31^a, e ficou famosa como a “meta-síntese”.

Para JK, Brasília surgiu “como todas as grandes iniciativas, surgiu de um quase nada”. De fato, o primeiro contato de JK e de Israel Pinheiro com a região de Brasília ocorreu durante a visita realizada em 1956. Foi Ernesto Silva, futuro diretor na Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP) que, com a ajuda de mapas, explicou a JK, durante o trajeto de avião, todos os trabalhos que os governos anteriores já haviam realizado em prol da mudança. Conforme relata Oliveira (2005, p. 61): pouco a pouco, surgiu uma relação particular, quase pessoal, entre JK e este “quase nada”, fazendo crer a muitos que a construção da cidade não passaria de capricho político e de ambição pessoal desmesurada.

O projeto da nova capital do Brasil resultou de um concurso nacional. Depois de sua eleição, o presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira constituiu a Comissão de Planejamento da Construção e Mudança da Capital Federal. A princípio, JK pensara em entregar a concepção da cidade diretamente ao arquiteto Oscar Niemeyer, pois ficara admirado, na época em que foi prefeito de Belo Horizonte, com o projeto para o bairro de Pampulha. Segundo Medeiros e Matta (2010, p. 21): “a decisão final, influenciada pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) e com apoio do próprio Niemeyer, foi por um concurso público para escolha da solução urbana”. Lúcio Costa participou do concurso para o Plano Piloto de Brasília, mas de uma maneira extremamente singela, como quem apresenta uma ideia modesta, contudo de uma vanguarda sem precedentes. Talvez por essa razão até hoje muitas pessoas acreditam que a cidade foi concebida por Oscar Niemeyer, arquiteto na realidade encarregado de desenvolver e coordenar a execução das obras e projetar os principais edifícios de Brasília.

Desta forma, de acordo com da Silva (2007, p. 33) “Assim, em 1º de outubro de 1957, foi estabelecido em lei que a instalação da nova capital em Brasília, cuja construção já havia



se iniciado” com um projeto urbanístico inovador e de caráter monumental e principalmente lutando contra o tempo. O mito da nação seria efetivamente inaugurado em 21 de abril 1960. (OLIVEIRA, 2005, p. 89). Do projeto arquitetônico a ocupação urbana nos últimos anos.

Deste modo, a arquitetura de Brasília pôde ser pensada assim, como um objetivo que se tornou realidade com muita eficácia, graças à persistência e ao ímpeto do ex-presidente Juscelino Kubitschek em efetivar o simbólico Plano de Metas de “50 anos de desenvolvimento em 5 de governo”. Edificada na Região dos Cerrados, espaço totalmente novo, com necessidades evidentes de interiorizar a Capital Federal do Brasil, mais precisamente para o Planalto Central. Sendo assim, Brasília é conhecida como uma Capital Modernista devido aos seus edifícios e Palácios icônicos, com arquitetura singular, que não se vê em outros lugares, a fim de atender às necessidades de uma nação que alcançou o caráter Monumental.

A Brasília do século XXI, efetivou a intenção de alterar um país em que a arquitetura e o urbanismo pois, esses eram os gatilhos e a inspiração para o que se almejava. E não apenas isso. O emblema da cidade não estava exclusivamente em sua construção hercúlea, mas também na qualidade de concepção de seu projeto urbanístico, tão singelo e rico em significados. É exemplo sem parâmetros no mundo, quando se conseguiu produzir na escala urbana, uma cidade inteira segundo as premissas do movimento moderno.

O crescimento da cidade deveria ser por meio de cidades-satélites termo que caiu em desuso na década de 1990 do século passado. Nos dias de hoje são denominadas de: “Regiões Administrativas, separadas da “cidade-mãe” ”por distâncias que em alguns casos ultrapassam os 25 quilômetros. De acordo com Holanda (2016): “Visava-se a preservação do lago e a destacada imagem do Plano Piloto”. Nem uma coisa nem outra aconteceram.

Por conseguinte, é importante ressaltar que o crescimento desigual da população de Brasília (DF), assim como nas grandes cidades brasileiras, foi algo que aconteceu de forma muito repentina, e com o mínimo de infraestrutura necessária no momento em questão, descaracterizando de certa forma a arquitetura originária e singular proposta em seu projeto inicial. O governo do Distrito Federal na época, tentou seguir as regras do Modernismo, com a ideia do título de Capital Moderna, porém sem obter êxito.

A satelitização precoce de Brasília foi a sua maior metamorfose. Os operários não podiam arcar com os custos dos edifícios das superquadras, os acampamentos de obra não conseguiram absorver todos os contingentes migratórios que chegaram do Nordeste, Goiás e Minas Gerais. À grande massa dos trabalhadores restava a autoconstrução: 1) em terrenos financiados nas precoces cidades-satélites; 2) em terrenos invadidos próximos ao Plano, de



onde eram recorrentemente removidos para as cidades-satélites nascentes. Estas não passavam de enormes conjuntos habitacionais, sem saneamento básico, serviços públicos essenciais, abastecimento eficiente ou emprego. Produzidas pelo Estado, estavam em áreas distantes e às vezes ecologicamente inadequadas: Taguatinga, Sobradinho e Ceilândia estão próximas a nascentes e matas; Gama e Candangolândia situam-se em terrenos de borda de chapada, o Guará está junto ao Setor de Inflamáveis. Os critérios de tais localizações são confusos, mas sempre contribuíram à fragilização da compacidade do conjunto urbanizado e à excentricidade do Plano Piloto.

Comumente, quando se lembra da existência das superquadras do Plano Piloto, para quem mora em Brasília é quase inevitável não lembrar também das outras Regiões Administrativas que o Distrito Federal possui e na qual o próprio Plano Piloto também está inserido sendo denominado como Região Administrativa I - Brasília. Desta forma, é notório a organização espacial da cidade e a distribuição das classes sociais nos territórios, tanto em âmbito residencial como também em usos de espaços públicos, comércio e afins.

E Saboia e Derntl (2014, p. 40): abordam que essas disparidades sociais de uma maneira mais esclarecedora:

As relações de classe versus sua distribuição no espaço apresentam particularidades que variam com o lugar, mas nota-se a mesma regra básica em qualquer parte do coração metropolitano, o Plano Piloto e seu entorno imediato: uma constante luta para alargar o espectro social em todas as suas partes e os movimentos contrários que a ideologia e o poder dominantes impõem, ou seja, manter ou fortalecer a presença neste espaço somente dos mais altos poderes aquisitivos.

Brasília concentra um conjunto de conceitos estabelecidos na forma de apropriação do espaço e apresenta uma estrutura urbana extremamente peculiar, com predomínio de grandes áreas verdes e públicas, criando cenários de contemplação para as obras arquitetônicas distribuídas pela cidade, ao longo dos anos Brasília ia crescendo e consolidando-se como a capital monumental do Brasil. No ano de 1998, Brasília estava prestes a completar os seus 38 anos momento no qual antes do seu aniversário por meio de uma lei complementar nº 94 é criada a Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE). Que conforme a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN, 2020, p.71): “é constituída a partir do agrupamento de dois ou mais municípios, envolvendo duas ou mais unidades da Federação instituídas por lei complementar federal, com o objetivo de articular e harmonizar as ações administrativas da União, dos Estados e dos Municípios”.

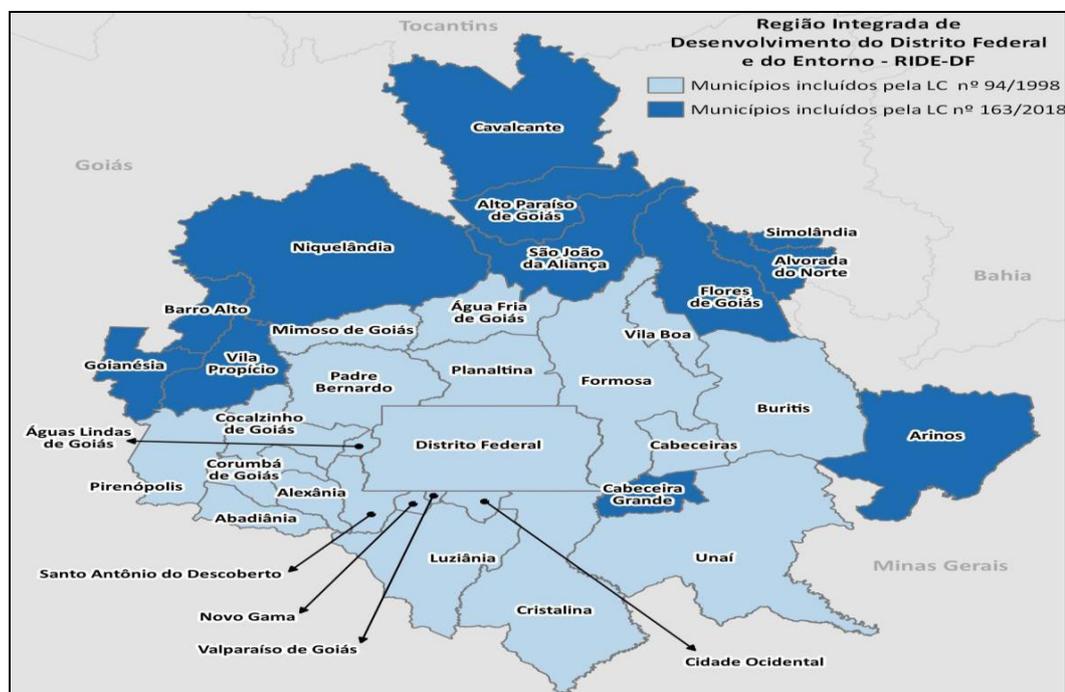
As RIDES são gerenciadas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional. No país existem atualmente três RIDES:



1. RIDE Polo Grande Teresina/PI – Timon/MA por meio da Lei complementar 112, de 19/09/2001 regulamentada pelo Decreto 4.367, de 09/09/2002.
2. RIDE Polo Petrolina e Juazeiro por meio da Lei complementar 113, de 19/09/2001 regulamentada pelo Decreto 4.366, de 09/09/2002.
3. RIDE DF e Entorno por meio da Lei complementar nº 94, de 19/02/1998 e regulamentada pela Lei Complementar nº 163 (Federal) de 14/06/2018.

Todas possuem a sua importância, porém vou me ater a RIDE DF/ ENTORNO que é constituída pelo Distrito Federal, pelos Municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Barro Alto, Cabeceiras, Cavalcante, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Flores de Goiás, Formosa, Goianésia, Luziânia, Mimoso de Goiás, Niquelândia, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, São João d'Aliança, Simolândia, Valparaíso de Goiás, Vila Boa e Vila Propício, no Estado de Goiás, e de Arinos, Buritis, Cabeceira Grande e Unaí, no Estado de Minas Gerais.³ Os municípios que atualmente compõem a RIDE estão representados no Mapa 01 a seguir.

MAPA 01 – MUNICÍPIOS QUE CONSTITUEM A REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO – RIDE – DF.



Fonte: BRASIL (1998, 2011 e 2018)

Elaboração: Deura/ CODEPLAN (2020, p.06)

³ BRASIL. Lei Complementar nº 94 de 19 de fevereiro de 1998. Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp94.htm acesso 23 out. 2021.



Assim cabe destacar que Brasília exerce uma função econômica relevante nos municípios vizinhos no que tange à geração de emprego e renda além de servir de suporte a demanda por serviços básicos tais como: educação, saúde, segurança e em alguns casos saneamento.

A DINÂMICA ATUAL DA REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO – RIDE/DF

Ao se tratar da evolução da taxa de urbanização no Brasil, Santos, (2013, p. 29-30) esclarece que em:

1940 era de 26,35% chegando a 68,86% em 1980. O ponto de inflexão foi a década de 60 onde as populações urbanas e rurais se equiparavam. Na década de 1980 o crescimento da população era de 26%, já a população urbana cresceu no mesmo período 40% demonstrando um forte fluxo migratório no sentido campo- cidade.

A tabela 1, foi desenvolvida de acordo com dados extraídos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demonstra a evolução da população urbana nas grandes regiões brasileiras. Os dados evidenciam que, após a construção de Brasília ocorre um aumento significativo populacional, onde o percentual que em 1970 era de 48,1% e no ano de 2010 ocorre um salto de 40,7% totalizando um percentual de 88,8% o que gera uma necessidade de áreas urbanas para alocar todo esse contingente populacional na região Centro-Oeste.

Tabela 1 - Percentual da população urbana na população total brasileira, segundo as Grandes Regiões – 2010

<i>Grandes Regiões</i>	<i>Percentual (%)</i>				
	<i>1970</i>	<i>1980</i>	<i>1991</i>	<i>2000</i>	<i>2010</i>
Brasil	55,9	67,6	75,6	81,2	84,4
Nordeste	45,1	51,6	59,0	69,9	73,5
Sudeste	41,8	50,5	60,7	69,1	73,1
Sudeste	72,7	82,8	88,0	90,5	92,9
Sul	44,3	62,4	74,1	80,9	84,9
Centro-Oeste	48,1	67,8	81,3	86,7	88,8

Fonte: Atlas do Censo Demográfico – IBGE 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529.pdf>. Acesso realizado em 30/05/2021.

Os centros urbanos continuaram a crescer, as cidades pequenas se tornaram médias, as médias se tornaram grandes e, por sua vez, as grandes tornaram-se metrópoles como é o caso de Brasília - DF. Diferente do que se possa pensar, a metrópole não se encontra isolada das demais cidades, muito pelo contrário, esse crescimento urbano, que vem sendo experimentado desde o séc. XIX, criou um tecido urbano onde a metrópole vai muito além de suas fronteiras espaciais de uma cidade. Diante dessa análise é importante destacar que de acordo com a evolução do processo de produção do espaço urbano é possível verificar de acordo com os dados apresentados na tabela 01 o salto da população em área urbana na região Centro –



Oeste, onde em 1970 representava um percentual de 48,1% e 40 anos após em 2010 essa população já havia atingido 88,8% em destaque na tabela 1. Discutir a categoria região é de suma importância dentro da ciência geográfica pois esta constitui valores agregativos, que recebem uma nova análise no bojo da própria Geografia. De acordo com, Becker & Egler (1998, p.14):

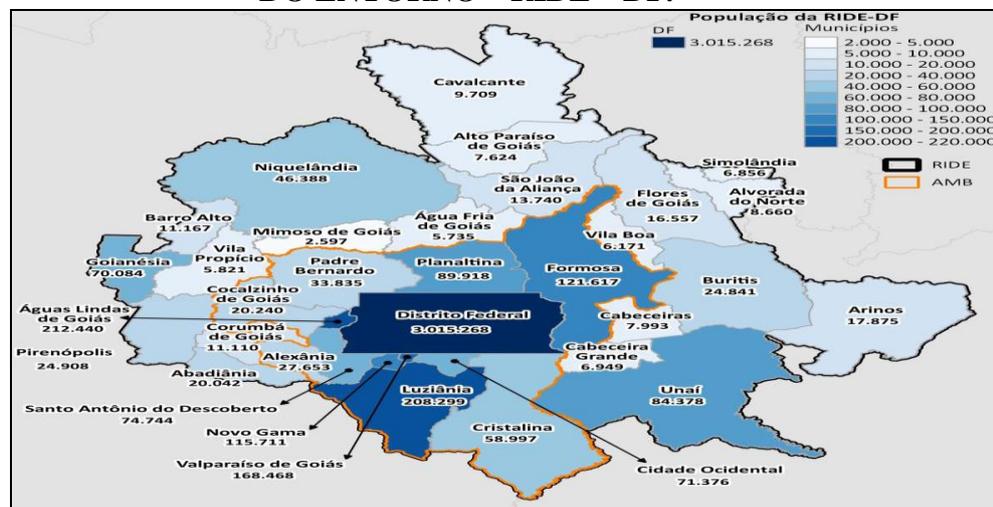
O conceito de região está associado ao trabalho do geógrafo. Deixá-lo de lado é abandonar um signo que identifica a Geografia perante as demais ciências. Repensar a região hoje significa uma maneira de contribuir para a superação da crise das ciências sociais e colaborar, enquanto geógrafo, na compreensão das contradições do mundo contemporâneo.

Para Santos (2006, p. 108), “a região e o lugar, aliás, definem-se como funcionalização do mundo e é por eles que o mundo é percebido empiricamente. A região e o lugar não têm existência própria. Nada mais são que uma abstração, se os considerarmos à parte da totalidade”. São essas peculiaridades que definem a região, no sentido verdadeiramente geográfico, priorizando, na dualidade homem versus natureza, a ação transformadora dos homens.

Dessa forma, levanta-se o seguinte questionamento: a ordem de interiorização de Brasília impulsionou o processo de produção do espaço urbano na região dos Cerrados?

Diante da questão acima, cabe destacar a formulação de uma região denominada como: “Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride-DF/Entorno) que é formada pelo Distrito Federal, além de três municípios do estado de Minas Gerais e mais 30 municípios do estado de Goiás. Os municípios que fazem parte da RIDE/DF são assimétricos em relação ao número de habitantes conforme apresentado no Mapa 02 abaixo:

MAPA 02 – POPULAÇÃO DA REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO – RIDE – DF.





RIDE/DF, abrange uma área de 94.570,39 km², e totaliza uma população de 4.627.771 habitantes^{4 e 5}.

A tabela 02 apresenta a lista de municípios por data de criação e que compõe a abstração deste trabalho científico.

Tabela 2 – LISTA DE MUNICÍPIOS POR DATA DE CRIAÇÃO QUE COMPÕEM E RIDE DF/ ENTORNO

NOME DO MUNICÍPIO/UF	DATA DE CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO
BRASÍLIA (DF)	21/04/1960
ABADIÂNIA (GO)	20/10/1953
ÁGUA FRIA DE GOIÁS (GO)	30/12/1987
ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS (GO)	27/12/1995
ALEXÂNIA (GO)	14/11/1963
ALTO PARAÍSO DE GOIÁS (GO)	15/10/1963
ALVORADA DO NORTE (GO)	23/10/1963
BARRO ALTO (GO)	14/11/1958
CABECEIRAS (GO)	14/11/1958
CAVALCANTE (GO)	11/11/1831
CIDADE OCIDENTAL (GO)	16/01/1991
COCALZINHO DE GOIÁS (GO)	03/06/1990
CORUMBÁ DE GOIÁS (GO)	23/06/1875
CRISTALINA (GO)	18/07/1916
FLORES DE GOIÁS (GO)	14/11/1963
FORMOSA (GO)	01º/08/1843
GOIANÉSIA (GO)	24/06/1953
LUZIÂNIA (GO)	01º/04/1833
MIMOSO DE GOIÁS (GO)	30/12/1987
NIQUELÂNDIA (GO)	01º/04/1833
NOVO GAMA (GO)	19/07/1995
PADRE BERNARDO (GO)	07/11/1963
PIRENÓPOLIS (GO)	10/07/1832
PLANALTINA DE GOIÁS (GO)	19/03/1891
SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO (GO)	14/05/1982
SÃO JOÃO D'ALIANÇA (GO)	01º/10/1953
SIMOLÂNDIA (GO)	14/01/1988
VALPARAÍSO DE GOIÁS (GO)	18/07/1995
VILA BOA (GO)	29/04/1992
VILA PROPÍCIO (GO)	27/12/1995
ARINOS (MG)	30/12/1962
BURITIS (MG)	31/12/1962
CABECEIRA GRANDE (MG)	21/12/1995
UNAÍ (MG)	22/12/1995

Fonte: Tabela desenvolvida pelo autor de acordo com dados disponíveis em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados>.

⁴ IBGE. Estimativas da População | IBGE. Disponível em : <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

⁵ CODEPLAN. PMAD – Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios – CODEPLAN. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/pesquisa-metropolitana-por-amostra-de-domiciliospmad/>>. Acesso em: 10 jun. 2021.



Após a realização do estudo comprovou-se que 22 municípios (que estão em negrito e destacados em cinza na tabela 02 acima) foram criados a partir da construção e/ou transferência de Brasília sendo 18 no estado de Goiás e 04 no estado de Minas Gerais. Desta forma cabe apontar que Brasília exerceu/exerce um papel significativo no que tange ao processo de produção do espaço urbano na região dos Cerrados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Brasília surgiu de uma necessidade administrativa, a mudança da capital, o que por sua vez gerou uma migração populacional para servir de mão de obra para a construção da nova capital, porém o planejamento urbanístico de Brasília não contemplava esse contingente populacional que migrou para cá com o objetivo de construir a capital, acreditava-se que, após construída, Brasília daria vazão ao que é conceituado como migração de retorno daqueles que a construíram. Diferente do esperado, boa parte dos candangos permaneceram em Brasília, se fixando de forma irregular, dando origem a diversos núcleos urbanos sem planejamento desvirtuando o projeto inicial da nova capital da República Federativa do Brasil. Essa expansão urbana ocorrida em Brasília (DF), que hoje possui 33 Regiões Administrativas o que gera relações socioespaciais típicas de grandes centros urbanos com municípios de outras unidades da federação o que reflete diretamente na multiplicidade de culturas e valores e que impactou diretamente nos controles sociais espontâneos. Desta forma, é perceptível que a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF/ENTORNO), tem sua gênese no próprio processo de implantação de Brasília no território, a partir de um projeto de integração nacional que visava abrir novos mercados, tendo uma dupla função: sede da administração pública federal, ponta de lança do desenvolvimento regional brasileiro (STEINBERGER, 1999). Neste sentido, em um primeiro momento, durante a implantação da cidade e sua estruturação como metrópole, a região, especialmente os municípios próximos, viveram um período de forte dependência do centro (Brasília), com lógicas espaciais endógenas a estes espaços e uma lógica regional centrada na nova capital.

Mais recentemente, novas lógicas têm surgido, apontando para a relativização de uma perspectiva criada a partir da década de 1970: a da dependência dos municípios goianos e mineiros em relação à Brasília. Tal processo tem ligação com a manifestação desse processo de reestruturação produtiva, mais claro em nível regional que no nível metropolitano, para o caso de Brasília.

Logo é tal fato que ocasiona a produção do espaço na região dos Cerrados dando origem a diversos municípios. Dessa forma, levanta-se o seguinte questionamento: o processo



de interiorização de Brasília impulsionou esse processo de produção do espaço urbano na região dos Cerrados?

Diante da questão acima, cabe destacar a formulação de uma região denominada como: “Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride-DF) foi criada pela Lei Complementar nº 94/1998, regulamentada pelo Decreto nº 7.469/2011 e ampliada pela Lei Complementar nº 163/2018” (CODEPLAN, 2020, p.71). A Ride-DF/Entorno é formada pelo Distrito Federal, além de quatro municípios do estado de Minas Gerais e mais 30 municípios do estado de Goiás.

A RIDE/DF, abrange uma extensão territorial de 94.570,39 km², e totaliza uma população de 4.627.771 habitantes. Após a realização do estudo comprovou-se que 22 municípios foram criados a partir da construção e transferência de Brasília sendo 18 no estado de Goiás e 04 no estado de Minas Gerais. Assim cabe apontar que Brasília exerceu/exerce até os dias atuais um papel significativo no que tange ao processo de produção do espaço urbano na região dos Cerrados alterando a dinâmica urbana do Centro-Oeste. Cabe ressaltar que não tenho a intenção de esgotar o assunto e sim aguçar nos leitores o interesse pelo tema que é amplo e envolvente.

REFERÊNCIAS

BECKER, B.K. & EGLER, C.A.G. **Brasil - uma nova potência regional na economia-mundo**. 3^a. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. **Lei Complementar nº 94 de 19 de fevereiro de 1998**. Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp94.htm. Acesso 23 out. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 7.469, de 04 de maio de 2011**. Regulamenta a Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7469.htm#art12. Acesso 23 out. 2021.

BRASIL. **Lei complementar nº 163, de 14 de junho de 2018**. Dá nova redação ao § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp163.htm . Acesso 23 out. 2021.



CODEPLAN – COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. **Atlas do Distrito Federal**. Organização Kássia Batista de Castro, Larissa Ane de Sousa Lima. -- Brasília : Kássia Batista de Castro : Companhia de Planejamento do Distrito Federal, 2020. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/atlas-do-distrito-federal-2020/> Acesso em: 26 jun. 2021.

_____. **PMAD – Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios** – CODEPLAN. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/pesquisa-metropolitana-por-amostra-de-domiciliospmad/>>. Acesso em: 27 jun. 2021.

_____. **Nota Técnica – Caracterização da RIDE DF E AMB, os desafios para o enfrentamento da COVID-19** – CODEPLAN. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/NT-Caracteriza%C3%A7%C3%A3o-da-RIDE-DF-e-AMB-os-desafios-para-o-enfrentamento-da-COVID-19.pdf> . Acesso em: 20 out. 2021.

CARAVELLAS, Francisca Maria de Paiva e. **Os artistas colaboradores de Oscar Niemeyer na arquitetura religiosa de Brasília**. Dissertação (Mestrado em Arte, Patrimônio e Teoria do Restauro) – Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa, 2018. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/37759/1/ulfl258380_tm.pdf. Acesso em: 05/06/2021.

CARLOS, A. F. A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. **Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico**. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2018.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 4ª.ed. São Paulo, Ática, 2003.

COUTO, Ronaldo Costa. **Brasília Kubitschek de Oliveira**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

DA SILVA, João Carlos Teixeira. Senado Federal: 180 anos. *In: Senatus*, Brasília, v. 5, n. 1, p. 26-35, mar. 2007

HOLANDA, Frederico Rosa Borges de. **Brasília: da Carta de Atenas à Cidade de Muros**. Disponível em: <http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/054R.pdf>. Acesso em: 01º outubro 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **A Localização da Nova Capital da República**. Rio de Janeiro. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1948.

_____. **Atlas do Censo Demográfico – IBGE 2010**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529.pdf>. Acesso em: 05/06/2021.

_____. **Estimativas da População IBGE**. Disponível em : <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 10 jun. 2021.



_____. **Projeções da População**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?=&t=o-quee.%20e.%20Acesso:%11Jun.%112021>. Acesso em: 11 jun. 2021.

LEFEBVRE, Henri. **O direito a cidade**, Centauro, São Paulo, 2001.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

MEDEIROS, Valério Augusto Soares de e MATTA, Maurício da Silva. **Momento de criação: a concepção de Brasília e do Congresso Nacional**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

OLIVEIRA, Márcio de. **Brasília: O mito na trajetória da nação**. Brasília: Paralelo 15, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **World Urbanization Prospects 2018**. Disponível em: <https://population.un.org/wup/Publications/Files/WUP2018-PressRelease.pdf>. Acesso em: 06/06/2021.

SABOIA, Luciana e DERNTL, Maria Fernanda. **Brasília 50+50: cidade, história e projeto**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª edição. São Paulo: EDUSP, 2006.

_____. **A urbanização brasileira**. 5ª.ed. Editora Universidade de São Paulo (EDUSP), São Paulo, 2013.

_____. **Espaço e Método**. 5. ed. São Paulo: EdUSP, 2014.

SILVA, Ernesto. **História de Brasília: um sonho, uma esperança, uma realidade**. 4ª Edição, Brasília: Linha Gráfica, Centro Gráfico, 1999.

SILVA, Sylvia Helena Mota Pereira; VIANNA, Márcio. **Brasília: patrimônio de todos os brasileiros**. Brasília: Iphan; Sesc; Câmara dos Deputados, 2007.

STEINBERGER, M. Formação do Aglomerado Urbano de Brasília no contexto nacional e regional. In: PAVIANI, A (Org.). **Brasília – gestão urbana: conflitos e cidadania**. Brasília: EdUnB, 1999.

SAUTCHUK, Jaime. **Cruis: histórias e andanças do cientista que inspirou JK a fazer Brasília**. São Paulo: Geração Editorial, 2014.

THÉRY, Hervé e de Mello-Théry, Neli Aparecida. **Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território**. São Paulo: Edusp. 2005, 312p.

VASCONCELOS, Adirson. **A Mudança da Capital**. 2. ed. Editora: Gráfica e Editôra Independente LTDA, 1978.

_____. **Memorial Brasília**. Brasília: União Editora, 1995.